

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.851 - SP (2016/0123984-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : SALVADOR SICILIANO  
**ADVOGADO** : FÁBIO JOSÉ FABRIS - SP226117  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134  
DANIEL DE SOUZA - SP150587  
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134  
DANIEL DE SOUZA E OUTRO(S) - SP150587  
**AGRAVADO** : SALVADOR SICILIANO  
**ADVOGADO** : FÁBIO JOSÉ FABRIS - SP226117

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação Civil Pública. Expurgos Inflacionários. Liquidação de sentença transitada em julgado. Prevenção desta C. Câmara para apreciação dos recursos oriundos do processo 0403263-60.1993.8.26.0053, que tramitou perante a 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. Adoção do índice de 42,72% para cálculo da diferença não creditada quando da edição do Plano Verão em relação às cadernetas com aniversário na primeira quinzena de janeiro de 1989. Após a dedução do índice efetivamente aplicado à época, o poupador faz jus ao recebimento da diferença de 20,3609%. Suspensão do andamento da execução. Determinação com fulcro nos Recursos Especiais 1.391.198-RS, e 1.370.899-SP, e Recurso Extraordinário 573232. Irrazoabilidade. Feito que deve prosseguir na origem. Efeitos da sentença e foro da ação. O poupador pode habilitar-se para o cumprimento da sentença, que tem efeito "erga omnes", no foro de seu domicílio. Filiação ao IDEC/Legitimidade ativa. Desnecessidade de comprovação de filiação do poupador ao IDEC. Precedentes do STJ e desta Corte. Custas iniciais. Necessidade de recolhimento. Possibilidade de diferimento nos termos do artigo 5º da Lei Estadual 11.608/2003, que não possui rol taxativo. Entendimento majoritário desta Câmara. Prescrição da execução

individual. O prazo prescricional para execução individual em Ação Civil Pública é de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado da sentença. Título executivo judicial. Execução lastreada em sentença condenatória genérica proferida em Ação Civil Pública que transitou em julgado. Desnecessidade de liquidação por artigos ou arbitramento, bastando a apresentação de simples cálculos aritméticos para a apuração do valor devido, nos termos dispostos no art. 475-B do CPC. Juros remuneratórios. Cabimento. Necessidade de plena recomposição do saldo em caderneta de poupança. Cômputo à razão de 0,5% ao mês, de forma capitalizada, a partir de fevereiro de 1989 até a data do efetivo pagamento. Correção monetária. Atualização devida para preservação do valor intrínseco da moeda. Utilização dos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde fevereiro de 1989 até efetivo pagamento. Juros moratórios. Cabimento. Ainda que existam divergências sobre o termo inicial dos juros moratórios, esta Câmara entende que são devidos a partir da citação da execução individual. Incidência, de forma simples, da citação do Banco-executado na fase de cumprimento de sentença até efetivo pagamento. Cumulação entre juros remuneratórios, moratórios e correção monetária. Possibilidade. A jurisprudência dominante desta Corte permite a cumulação de juros remuneratórios, moratórios e correção monetária pela Tabela Prática. Liquidação do débito. Desnecessidade de liquidação por artigos ou arbitramento. Mero cálculo aritmético, nos termos do art. 475-B do CPC, cujo rito garante celeridade ao trâmite desta fase processual. Inexistência de complexidade na apuração do débito. Honorários advocatícios. Verba devida em sede de execução de sentença nas hipóteses de não pagamento espontâneo do débito pelo Banco. Apresentação de impugnação que caracteriza verdadeiro contraditório. Ainda que a impugnação seja parcialmente acolhida, a verba honorária deve ser arbitrada em favor do poupador, no importe de 10% sobre o proveito econômico por ele obtido. Valor incontroverso da condenação. Caberá ao MM. Juízo a quo determinar o levantamento do valor incontroverso, a pedido do poupador, oportunamente. Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em seu recurso especial, a parte ora agravante alega violação dos artigos 81,

82, 95, 97, 98, 101 e 103 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 16 e 21 da Lei 7.347/1985; dos artigos 219, 267, 269, 475, 475-E, 475-G, 475-J e 475-P do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 193, 884 e 2.028 do Código Civil de 2002; do artigo 177 do Código Civil de 1916; e divergência jurisprudencial. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios. Suscita prescrição. Acusa incompetência do Juízo e ilegitimidade ativa. Sustenta a necessidade de liquidação da sentença da ação civil pública. Argumenta que o débito deve ser corrigido monetariamente pelos índices de remuneração dos valores depositados em conta de poupança. Requer a exclusão dos honorários advocatícios.

Inicialmente, anoto que o Recurso Especial 1.438.263/SP, Relator Ministro Raul Araújo, foi afetado (conjuntamente com os Recursos Especiais 1.361.872/SP e 1.362.022/SP) para julgamento da controvérsia referente à legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual (Segunda Seção, por maioria, julgamento 28.5.2019, DJe 7.6.2019).

Ao determinar a suspensão de recursos que versem sobre a mesma controvérsia (Resolução STJ n.º 8, de 2008, artigo 2º, § 2º; CPC de 2015, artigo 1.036), o Ministro Raul Araújo esclareceu que "a suspensão não abrange os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP n.º 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP n.º 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos Recursos Especiais n.º 1.243.887/PR e n.º 1.391.198/RS, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada".

Conforme ponderou o Ministro Raul Araújo, "a suspensão abrange todos os Recursos Especiais e Agravos em Recursos Especiais em trâmite nos Tribunais de Segunda Instância ou no Superior Tribunal de Justiça, nos quais a questão acima destacada, seja na fase de liquidação ou de cumprimento de sentença, tenha surgido e ainda não tenha recebido solução definitiva, com o trânsito em julgado" (Decisão singular de 26.6.2019, DJe 1º.8.2019).

No caso, perante a Corte de origem a parte executada interpôs agravo de

instrumento contra decisão proferida nos autos de cumprimento da sentença da ação civil pública proposta em 26.3.1993 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC em desfavor do BANCO DO BRASIL S.A. (incorporador do BANCO NOSSA CAIXA S.A.), feito distribuído à 6ª Vara da Fazenda Pública da comarca de São Paulo - SP (autuado sob o nº 0403263-60.1993.8.26.0053 - C-225/93), passado em julgado em 9.3.2011.

Observo que o tema "legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual", afetado ao rito do artigo 1.036 do CPC de 2015, é suscitado no presente recurso especial.

Assim, considerando-se que a suspensão determinada nos autos do Recurso Especial 1.438.263/SP abrange o caso concreto, impõe-se o sobrestamento do andamento processual.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora